

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 239 – 21/02 à 25/02/2022

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[CBIC lança nova edição do e-book das Normas Regulamentadoras](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 21/02/2022

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Serviço Social da Indústria (Sesi-DN) lançou nesta segunda-feira (21/02) o [E-book das Normas Regulamentadoras – Nova edição](#) contemplando as Fichas das Normas Regulamentadoras divulgadas em 2021. O conteúdo técnico contempla as novas fichas desenvolvidas pela consultora Juliana Moreira de Oliveira, especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho, com apoio especial dos profissionais dos Seconcis.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [TST reafirma presunção de dispensa discriminatória em caso de câncer](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/02/2022

Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria, considerou discriminatória a dispensa de uma consultora de trainee pela da Totvs S.A., de Belo Horizonte (MG), diagnosticada com câncer de mama, e determinou a sua reintegração. Ao julgar inválido o ato de dispensa, o colegiado, responsável pela uniformização da jurisprudência das Turmas do Tribunal, reafirmou o entendimento previsto na [Súmula 443](#) do TST, que presume como discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito, diante da ausência de provas em contrário.

### [Presidente da República indica desembargador Sérgio Pinto Martins para o TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/02/2022

O desembargador Sérgio Pinto Martins, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), foi indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga aberta em decorrência da aposentadoria do ministro Alberto Bresciani, em dezembro de 2021. A mensagem com a indicação foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (21).



## Notícias do Executivo

### [Ministério do Trabalho e Previdência terá ações imediatas para ajudar municípios em calamidade pública](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 24/02/2022

A [Portaria nº 389](#), assinada pelo ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, e publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (24) estabelece medidas a serem adotadas no âmbito do MTP, para amparo aos trabalhadores e beneficiários do INSS que residam em municípios em situação de calamidade pública reconhecida por ato do Poder Executivo federal. A portaria também cria o Comitê Gestor de Medidas de Amparo a Trabalhadores e Beneficiários do INSS, que vai gerenciar e acompanhar o andamento dessas ações. O normativo entra em vigor no dia 1º de abril de 2022.

### [Receita divulga as regras para a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física](#)

Ministério da Economia - 24/02/2022

A Receita Federal anunciou, na manhã desta quinta-feira (24/2), as regras para a entrega da Declaração do Imposto de Renda de 2022. O prazo de envio terá início às 8 horas do dia 7 de março e termina às 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 29 de abril de 2022. Após esta data, o contribuinte que apresentar a declaração receberá multa pelo atraso. De acordo com o Secretário Especial da Receita Federal, auditor-fiscal Julio Cesar Vieira Gomes, a expectativa é de que 34 milhões de declarações sejam enviadas até o final do prazo.

### [Saiba o que muda a partir da publicação do Decreto que cria o RG único](#)

Ministério da Economia - 23/02/2022

O [decreto](#) assinado nesta quarta-feira (23/2) regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997; e revoga outros quatro normativos mais antigos

Uma das alterações substanciais é que a emissão da Carteira de Identidade em Unidade da Federação diferente daquela em que o cidadão fez o seu primeiro documento já passa a ser considerada segunda via. Além disso, as pessoas não precisarão mais memorizar número de RG e do CPF, já que o CPF passa a ser o número único de identificação.

### [Ministério da Economia divulga guia sobre avaliação de resultado regulatório](#)

Ministério da Economia - 23/02/2022

O Ministério da Economia lançou nesta segunda-feira (21/2) o [Guia Orientativo para Elaboração de Avaliação de Resultado Regulatório \(Guia de ARR\)](#). A publicação é mais um esforço do governo federal no processo de melhoria da qualidade regulatória no país. A Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) é uma ferramenta reconhecida internacionalmente como boa prática regulatória e se refere, nos termos do Decreto nº 10.411/2020, à verificação dos efeitos decorrentes da edição de atos normativos, considerados o alcance dos objetivos originalmente pretendidos e os demais impactos observados sobre o mercado e a sociedade em decorrência de sua implementação.

### [Especialistas debatem LER/Dort nos setores de serviços e das indústrias e contribuições da NR17](#)

Fundacentro - 21/02/2022

Em comemoração ao Dia Mundial de Combate às Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, no dia 03 de março de 2022, às 9h, a Fundacentro realizará o evento [“Prevenção da LER/Dort nos Setores de Serviços e da Indústria e Contribuições da Norma Regulamentadora nº 17”](#), no canal da instituição no [YouTube](#). Há 22 anos, em 28 de fevereiro, comemora-se o Dia Mundial de Combate às LER/Dort. A data tem como objetivo promover uma reflexão e iniciativas que adotem políticas de prevenção e combate ao adoecimento que atinge milhões de brasileiros.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [“Não pule a infância”. Campanha do MPT alerta para consequências do trabalho infantil](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/02/2022

O Ministério Público do Trabalho (MPT), com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) lançou, nesta quinta-feira (24/2), a campanha “Não pule a infância”, um convite à reflexão sobre as condições das crianças do nosso País, especialmente as negras e as de baixa renda.

### [TST obriga empresa a corrigir base de cálculo para contratação de aprendizes](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/02/2022

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reverteu acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e declarou válidos os autos de infração lavrados contra a T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda, que descumpriu base de cálculo para aferir quantidade de aprendizes a serem contratados. A decisão decorre de recurso de revista interposto pelo Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC). A empresa foi condenada a considerar todas as funções que demandem formação profissional na base de cálculo para a contratação de jovens aprendizes, conforme o art. 429 da CLT e o Decreto nº 9.579/2018, art. 52, que define com clareza que, para a base de cálculo das funções que demandam formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT e MPT debatem conteúdo do PLS 540 que propõe mudanças no artigo 161 da CLT sobre embargos e interdições](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 24/02/2022

O presidente do SINAIT, Bob Machado, e o vice-presidente do SINAIT, Carlos Silva, reuniram-se com os procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) Márcia Cristina Kamei Lopez, coordenadora nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho (Codemat), Ivan Sérgio Camargo dos Santos, secretário Adjunto de Assuntos Legislativos do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho, e Luciano Lima Leivas, vice-coordenador da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho (Codemat), para tratar do texto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 540/2018.

## Outras Notícias

### [Supervisora que obteve novo emprego logo após dispensa receberá aviso prévio](#)

Consultor Jurídico - 23/02/2022

O empregador somente será dispensado do pagamento do aviso prévio indenizado quando for comprovado que o trabalhador, além de ter obtido novo emprego, requereu expressamente a dispensa do cumprimento do aviso prévio. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou o pagamento do aviso prévio indenizado a uma supervisora administrativa que um dia após sua dispensa já estava trabalhando para outra empresa, na prestação dos mesmos serviços.

### [Contagem de prazo para recurso tem início com a publicação no Diário Eletrônico](#)

Consultor Jurídico - 23/02/2022

A publicação dos atos judiciais no Diário da Justiça Eletrônico substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal. Com base nessa premissa, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho modificou seu julgamento para reconhecer a intempestividade de recurso de revista interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

### [Tomador e prestador respondem juntos por fraude em terceirização, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 22/02/2022

Nas ações trabalhistas que envolvem o reconhecimento de vínculo empregatício decorrente de fraude na terceirização, o litisconsórcio passivo deve ser composto pelas empresas tomadora e prestadora de serviços. Esse foi o entendimento do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho que concluiu nesta terça-feira (22/2) a fixação de uma importante tese jurídica sobre os desdobramentos da [decisão](#) do Supremo Tribunal Federal que permitiu a ampla terceirização de serviços.

## [TRT-7 condena cerâmica em R\\$ 50 mil por dano moral coletivo](#)

Consultor Jurídico - 22/02/2022

A Justiça do Trabalho do Ceará condenou uma empresa de cerâmica a pagar indenização de R\$ 50 mil, a título de dano moral coletivo, devido a duas mortes decorrentes de acidentes de trabalho e por descumprimento de normas de segurança. A decisão foi proferida pelo juiz Jaime Bezerra Araújo, da Vara do Trabalho de Iguatu, em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho.

## [Justiça do Trabalho é competente em ações sobre políticas contra trabalho infantil](#)

Consultor Jurídico - 21/02/2022

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho reiterou a competência da Justiça do Trabalho para julgar pedidos do Ministério Público do Trabalho (MPT) para levar municípios brasileiros a elaborar e implementar políticas públicas de combate e erradicação do trabalho infantil. Em dois processos, envolvendo os municípios de Recife (PE) e de Bataguassu (MS), a SDI-1 ratificou esse entendimento, por unanimidade, com ressalvas de dois ministros.

## [Empregada gestante que recusa vacina deve assinar termo de responsabilidade](#)

Consultor Jurídico - 21/02/2022

A Câmara dos Deputados aprovou na noite da última quarta-feira (16/2) o Projeto de Lei 2.058/2021, que determina a volta das gestantes ao trabalho presencial após a vacinação contra o novo coronavírus. O texto aprovado pelos deputados deixou de fora algumas mudanças sugeridas pelo Senado como a da senadora Zenaide Maia (Pros-RN), que impedia o retorno ao trabalho presencial de gestantes com comorbidades. Outra alteração refutada pela Câmara foi o que previa restrições a volta de lactantes ao trabalho presencial.

## [Município não pode ampliar jornada de trabalho de funcionário de forma unilateral](#)

Consultor Jurídico - 21/02/2022

A norma trabalhista reconhece o direito subjetivo do funcionário manter as condições que foram pactuadas lícitamente no ato da contratação, conforme os princípios da previsibilidade contratual e da estabilidade financeira. Com esse entendimento, a 2ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP) impediu que o município de ampliar unilateralmente a jornada de trabalho de uma funcionária. Uma “auxiliar de primeira infância” foi contratada pelo município do ABC. Segundo ela, sua jornada de trabalho é de 33 horas semanais, porém o empregador teria ampliado unilateralmente a jornada de trabalho, estendendo-a em 1 hora diária.



## [CBIC lança Guia do SPIQ para profissionais de trabalho em altura no setor](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 24/02/2022

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Sesi-DN, e apoio do Seconci-Brasil, lançou nesta quinta-feira (24/02) o [Guia do Sistema de Proteção Individual contra Quedas \(SPIQ\) na Indústria da Construção](#). A edição é mais uma importante iniciativa direcionada aos profissionais envolvidos com trabalho em altura no setor da construção.

## [CBIC dissemina análise de acidentes de trabalho na construção civil](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 22/02/2022

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) disponibilizou nesta terça-feira (22/02) aos associados da entidade mais um importante trabalho para o setor da construção. O estudo “Análise de dados históricos de acidentes de trabalho na indústria da construção no Brasil” revelou que a construção civil não é a grande vilã das atividades econômicas, apesar de ter muito o que melhorar.

## [Uso de telas afeta sono dos trabalhadores da indústria, afirma pesquisa](#)

Revista Proteção - 23/02/2022

Pesquisa do Serviço Social da Indústria (SESI) em parceria com o Persono com 4.174 trabalhadores de indústrias no Brasil – mostra que 79,7% costumam levar o celular para a cama para checar notificações, redes sociais e e-mails antes de dormir. O levantamento revela ainda que 50,2% têm aparelho de televisão no quarto onde dorme e 37% costumam assistir televisão para pegar no sono. Segundo o Persono, especialista no mercado do sono, esses hábitos afetam a qualidade do sono porque influenciam diretamente na produção da melatonina, popularmente conhecida como hormônio do sono, que é afetada pela luz azul emitida por equipamentos eletrônicos.

## [TRT/SP: para comprovação de burnout como doença ocupacional é indispensável perícia médica](#)

Revista Proteção - 22/02/2022

A 16ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP) decidiu que a realização de perícia médica é indispensável para averiguar a existência, ou não, de nexo de causalidade/concausalidade entre o trabalho e a síndrome de burnout alegada pela empregada. No caso em questão, a trabalhadora alegou ter sido vítima de assédio moral e que, por causa do trabalho, desenvolveu transtorno de ansiedade, transtorno de adaptação, síndrome de burnout e reação aguda ao stress.



## Atos Normativos

[DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA](#) (DOU de 21/02/2022 Seção I Pág. 02) - Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor SÉRGIO PINTO MARTINS, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira;

[DECRETO Nº 10.977, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022](#) (DOU de 23/02/2022 Seção I Extra Pág. 01) - Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil;

[PORTARIA MTP Nº 389, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022](#) (DOU de 24/02/2022 Seção I Pág. 189) - Cria o Comitê Gestor de Medidas de Amparo a Trabalhadores e Beneficiários do INSS nos Municípios em Situação de Calamidade Pública e estabelece medidas a serem adotadas para amparo aos trabalhadores e beneficiários do INSS atingidos, em casos de calamidade pública reconhecida por ato do Poder Executivo federal. (Processo nº 10132.100051/2022-11);

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.065, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022](#) (DOU de 25/02/2022 Seção I Pág. 62) - Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2022, ano-calendário de 2021, pela pessoa física residente no Brasil;

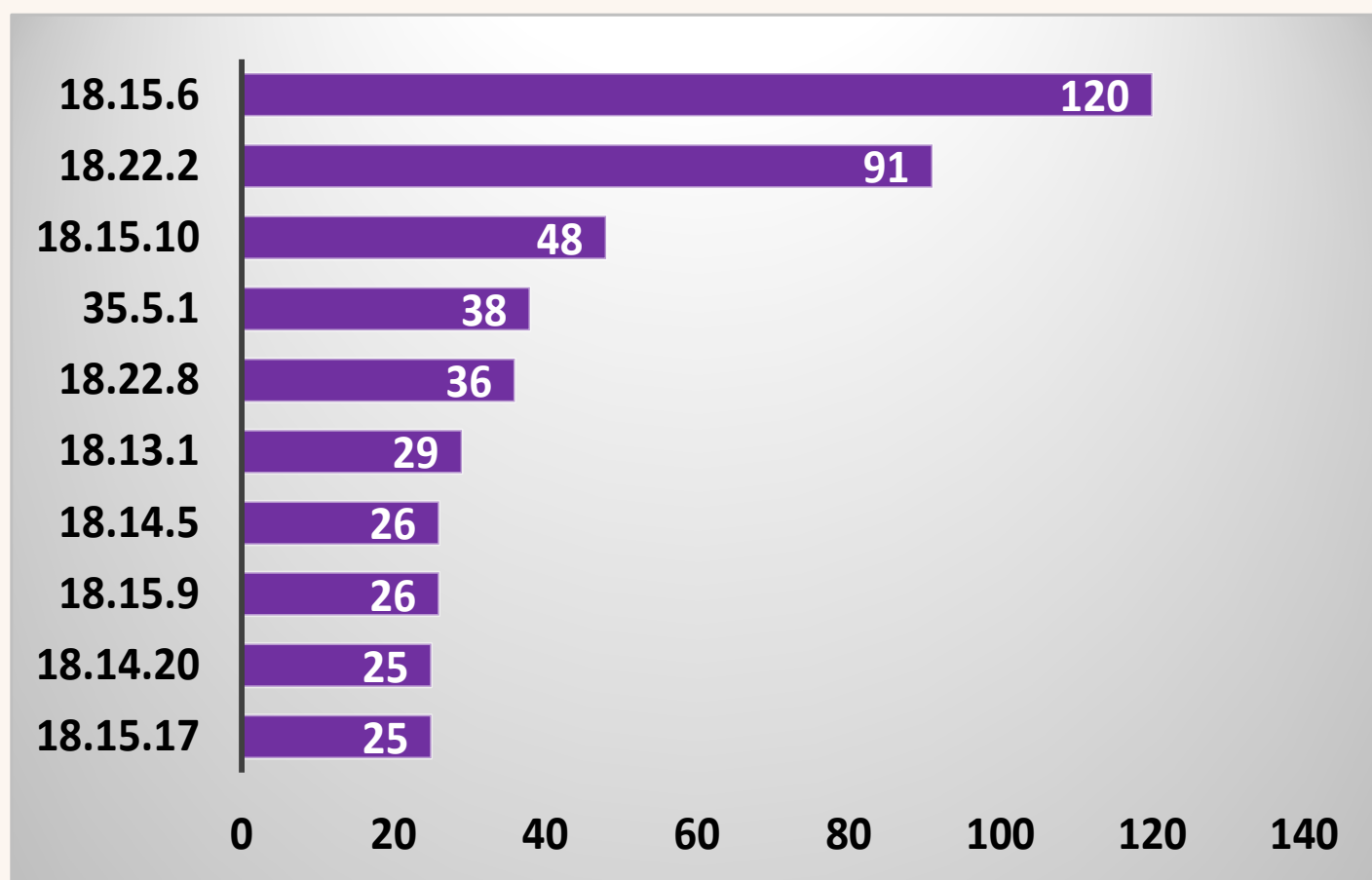
[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.066, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022](#) (DOU de 25/02/2022 Seção I Pág. 64) - Dispõe sobre o acesso ao Centro Virtual de Atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

[RESOLUÇÃO CGSN Nº 165, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022](#) (DOU de 25/02/2022 Seção I Pág. 65) - Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/dez):



**Retificação:** As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

**Interdição:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.15.10** Os montantes dos andaimes devem ser apoiados em sapatas sobre base sólida e nivelada capazes de resistir aos esforços solicitantes e às cargas transmitidas.

**35.5.1** É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura.

**18.22.8** Toda máquina deve possuir dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não-autorizada.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**18.14.5** No transporte e descarga de materiais, perfis, vigas e elementos estruturais é proibida a circulação ou permanência de pessoas sob a área de movimentação da carga e devem ser adotadas medidas preventivas quanto à sinalização e isolamento da área.

**18.15.9** O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

**18.14.20** Os equipamentos de transportes de materiais devem possuir dispositivos que impeçam a descarga acidental do material transportado.

**18.15.17** O andaime deve ser fixado à estrutura da construção, edificação ou instalação, por meio de amarração e estroncamento, de modo a resistir aos esforços a que estará sujeito.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*